

Cibercultura e Cidadania*

José Luís Lima Garcia
Instituto Politécnico da Guarda

“De facto, seria muito surpreendente que a Internet conseguisse mudar, através da tecnologia, o profundo desencanto político que a maioria dos cidadãos mundiais sente”.

Manuel Castells, *A Galáxia Internet*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p.187.

Perante esta constatação de Castells é evidente que a Net não poderá ser a panaceia para todas as mudanças civilizacionais que ocorreram na aldeia Global, nos últimos anos do final do século passado, mas que esta ferramenta tecnológica se desenvolveu a uma velocidade vertiginosa e contribuiu para inflacionar todas as expectativas que entretanto se criaram sobre este instrumento de comunicação, difusão e informação, isso é um facto incontestável. Como afirmava Aguadero Fernández, o importante e o lógico é que como entidades humanas e sociais aprendamos, num primeiro momento, a comunicar, e depois de conseguido esse objectivo, facilmente “ a informação e os me-

dia farão o resto”¹. E o “resto” o que será? Obviamente que a difusão e a formatação generalizada do conhecimento. Mas, à semelhança da evolução histórica dos outros meios de comunicação e informação as redes informáticas interconectadas (*interconnected networks*), apesar de globalizadas em apenas quatro anos, tinham sido criadas em 1945, no pós 2^a Guerra Mundial, nos Estados Unidos da América por Vannevar Bush, professor do Massachusetts Institute of Technology², que imaginou um sistema de armazenamento de documentos que funcionaria, tal como a teoria das extensões de Marshall MacLuhan, de acordo com os mecanismos cognitivos de associação e memorização do cérebro humano.

Mas só onze anos mais tarde um laboratório americano conseguia inventar o aparelho que iria tornar-se o *modus operandi* para estabelecer a ligação telefónica entre dois computadores e, desta forma, permitir que clicando um *link* (palavras sublinhadas), os cibernautas acessem a um outro sítio com informação previamente pedida. Esta possibilidade de encontrar tão rapidamente a

*Comunicação apresentada no IV Ciclo de Conferências de Cibercultura: “Os Media Tecnológicos e a Educação para a Cidadania”, Guarda, 27 de Janeiro de 2005. Reescrita e a publicar no número 2 da revista *ESEG Investigação*, revista científica da Escola Superior de Educação da Guarda, a sair no 2.º Semestre de 2005.

¹ Francisco Aguadero Fernández, *A Sociedade da Informação*, Madrid, Acento Editorial, 1997, p.5.

² Jacques Henno, “ A Internet foi inventada pelos Americanos” in *A Internet*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 2003, pp.17-21, especialmente p.17.

informação na *Web* (*World Wide Web*- teia de aranha mundial) constituída por todo o tipo de páginas multimédia (textos, gráficos, sons, imagens e vídeos) é que veio revolucionar e transformar as nossas posturas e comportamentos na sociedade contemporânea. Mas, para que tal desiderato ocorresse haveria ainda que “queimar” várias etapas na pesquisa que permitisse que a mensagem circulasse na rede. E com a colaboração de cientistas americanos e europeus chegar-se-ia aos primórdios da década de setenta, mais concretamente a 1973, quando dois engenheiros americanos, Vinton Cerf e Bob Kahn, criaram uma nova técnica que possibilitaria a comunicação entre diferentes modelos de computadores, os TCP (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*), que permitiria a ligação ou melhor a conexão entre todas as redes (*interconnected networks*, vulgo *Internet*)³.

A generalização do termo abreviado de “redes interconectadas” iria ser feita, a partir de 1982, pelo exército americano, apesar de só em 1990 os cientistas europeus do CERN (Conselho Europeu para a Investigação Nuclear) terem conseguido associar as redes conectadas com a ordenação por associação dos documentos guardados numa grandiosa base de dados. Estas verdadeiras “auto-estradas” da informação que em 1992 já estiveram ao serviço da candidatura de Bill Clinton, mas só em 1993 Marc Andreessen, estudante da Universidade de Illinois, aperfeiçoaria o primeiro navegador da *Web* ou *Browser* que permitiria o acesso com mais facilidade à teia.

A criação da *Netscape Navigator*, versão melhorada do *Mosaic*, nos primórdios da dé-

cada de noventa, do século passado, permitiu que em onze anos, a Internet se tivesse convertido numa das tecnologias de maior e mais rápido crescimento em toda a história dos *media*. Segundo Patrícia Lis, comparativamente com os outros meios esta evolução foi vertiginosa e em parte contribuiu também para algum descrédito naquilo que Jean-Michel Billant, com algum exagero, afirmava que a “Net mais do que uma nova tecnologia, é uma mudança de civilização”⁴. E esta “nova tecnologia” foi, segundo Patrícia Lis, responsável para que haja hoje “uns 700 milhões de pessoas que quotidianamente escrevem, lêem, fazem negócios, amam, pensam e discutem através da Rede das redes”⁵.

Neste *boom* de milhões de utilizadores desta Rede que têm a possibilidade e a oportunidade de comunicar, em tempo real, com gente virtual houve mesmo um autor de um livro sobre economia digital, Roberto Velasco, que afirmou que a informação, com estas novas tecnologias, “será a mercadoria mais representativa do século XXI”⁶. Será mesmo assim ou a este efusivo “salto” de em apenas quatro anos após Marc Andreessen, o cibernauta que comercializaria a *Netscape*, se tivesse tornado esta tecnologia “a mais popular de todos os tempos”, mau grado algumas vulnerabilidades poderem vir a pôr em causa a estrutura deste meio de informação e conhecimento virtual. Segundo um es-

⁴ Jean-Michel Billant citado por Jacques Heno, “Com a Internet, vivemos uma verdadeira revolução tecnológica”, *op.cit.*, p.9.

⁵ Patrícia F. de Lis, “Terremoto Internet” in jornal *El País* (*Suplemento Negócios 1000*), Madrid, 2 de Janeiro de 2005, pp.14-16, especialmente p.15.

⁶ O livro escrito por Roberto Velasco chama-se *A Economia Digital. Do Mito à Realidade*, citado por Patrícia F. de Lis, *Idem, Ibidem*, p.16.

³ *Idem, Ibidem*, p.19.

tudo muito recente do *Pew Internet and American Life Project* intitulado *The Future of the Internet*, a publicar no próximo livro de Janna Quitney Anderson *Imagining the Internet*, estudo este citado pelo suplemento “Computadores”, do jornal *Público*, de 24 de Janeiro de 2005⁷, os entrevistados ouvidos para esta investigação não acreditam que até 2014 se implemente o voto electrónico, o que em termos de cidadania *on-line* é de facto uma frustração no relacionamento entre o cidadão comum e o Estado de Direito⁸. Para este cepticismo em relação à implantação da democracia virtual teria contribuído a desconfiança dos eleitores nas falhas de vários elementos do sistema, como deficiências no *hardware* e *software*, vírus informáticos e intervenção dos *hackers* e os atentados à privacidade⁹.

Relativamente aos aspectos positivos, este estudo americano sobre o futuro da Internet, nos próximos dez anos, realçava a importância do incremento de algumas tarefas como as aulas virtuais, o teletrabalho e a formação doméstica, recriando novos hábitos entre os tempos de ócio e negócio. Segundo ainda recentes estudos do *National Intelligence Council* os benefícios da globalização não serão totais, mas tenderão para uma maior implementação nestes próximos anos. Para esta instituição, a generalização das tecnologias da informação e comunicação serão medidas “pelo investimento na integração e

na aplicação de tecnologias mundiais, mas também pelo que for feito em termos de políticas de apoio às novas tecnologias considerando as áreas de potencial interesse científico”¹⁰.

Mas às tecnologias, seja da rádio, da televisão e da Internet “como instrumentos no armazenamento e distribuição de informação”, como afirmava Rogério Santos¹¹, temos de juntar “o conhecimento, o conteúdo da cultura e da cidadania que se transporta nas redes”¹². Só com este pressuposto de adequação aos aspectos sociopolíticos conseguiremos combater a perspectiva tecnologista dos *media* nascidos no digital (consolas de jogos e a comunicação interpessoal da Internet – *mails*, *chats*, *newsgroups* – e os *media* migrados para o digital, como os jornais, rádios, televisões *on-line* e os telemóveis de 3ª geração. É que para esta “migração” do digital também teria contribuído, na opinião de Mário Soares, a mudança de natureza do capitalismo liberal. Este evoluiu assim da fase essencialmente industrial, da 1ª metade do século XIX, para uma fase eminentemente financeira, na 2ª metade do mesmo século, estando hoje a tornar-se num capitalismo especulativo “sem rosto, sem princípios éticos, com ténues vinculações nacionais e sem responsabilização, junto de nenhuma instância democrática”¹³.

¹⁰ “*Mapping the Global Future*”, do National Intelligence Council, citado por Pedro Fonseca, *op.cit.*, p.5.

¹¹ Rogério Santos, “Sobre a Sociedade do Conhecimento” in revista *Media XXI*, Setembro/Outubro de 2004, Ano IX, nº77, p.4.

¹² Rogério Santos, *Idem, Ibidem*.

¹³ Mário Soares, “Democracia e Direitos Humanos, no século XXI” in revista *Media & Jornalismo*, nº2, Ano 2, 2003, pp. 13 – 18, especialmente p.15.

⁷ Citado por Pedro Fonseca “O Futuro da Internet e não só” in suplemento “Computadores”, do jornal *Público*, de 24 de Janeiro de 2005, p.5.

⁸ Ilda Figueiredo, *Educar para a Cidadania*, Porto, Edições Asa, 1999, p.34.

⁹ Curtis Gans, do *Committee for the Study of the American Electorate*, citado por Pedro Fonseca, *op.cit.*, p.5.

A mudança civilizacional corresponderá também a uma mutação sociológica. Na opinião de Léo Scheer, o conceito de democracia terá sentidos diferentes, de acordo com as ferramentas tecnológicas que estaremos a utilizar como o televisor, o computador e o telefone. Do cruzamento desta “arquitetura” entre sociedades da comunicação, informação e comutação nascerá uma outra sociedade, a virtual, onde as configurações e os mecanismos políticos terão necessariamente que ser diferentes¹⁴. *Mutatis Mutandis*, com as novas tecnologias passar-se-á do modelo de democracia clássica onde as noções de espaço e tempo tiveram uma relevância singular, para uma nova ordem mediática em que o “espaço público” será dominado por uma realidade simbólica e virtual, em que à desconvencionalização das fronteiras dos antigos Estados -Nação se associará a desvinculação do indivíduo à comunidade social tradicional. Segundo Scheer, a nova democracia já não necessitará da afirmação do voto eleitoral para exprimir a sua vontade política, mas apenas da “enunciação por parte de cada um das narrativas das quais é portador, sem necessidade de canalização ou de conformação dos sinais postos assim em circulação”¹⁵.

Assim, a comunidade que se edificará sobre estas novas bases da comutação necessitará do apoio e da legitimação dos grupos locais, mas não poderá ficar condicionada unicamente por esta dimensão local e tem de interagir sobre os verdadeiros interesses e poderes da aldeia global contemporânea.

¹⁴ Léo Scheer, “Os três pilares da sociedade virtual” in *A Democracia Virtual*, Lisboa, Edições Século XXI, Lda, 1997, pp.35 – 49, especialmente p.44.

¹⁵ Léo Scheer, “A Democracia Virtual”, *Idem*, p.121.

Tal como afirmava Manuel Castells, os movimentos sociais “devem pensar localmente (de acordo com as suas próprias preocupações e identidades) e agir globalmente, ao nível que realmente importa hoje em dia”¹⁶. Segundo um estudo efectuado por Cohen e Rai, no ano de 2000, foram identificados seis grandes movimentos sociais que adoptaram uma coordenação globalizada e que para permanecerem actantes necessitavam a todo o momento de estarem ligados à Internet e que eram: movimentos cívicos em prol dos direitos humanos, das mulheres, da ecologia, dos sindicatos, da religião e da paz¹⁷. Estas redes de cidadania e de cidadãos conscientes dos seus direitos políticos e sociais começaram a desenvolver-se na América do Norte e na Europa, a partir das décadas de oitenta e noventa do século passado, e incidiam sobre cinco componentes: 1^a- movimentos de base constituídos ainda antes da generalização da Internet, que buscavam novas oportunidades para se organizarem e despertarem novas consciências; 2^a- militância dos *hackers* por questões políticas; 3^a- reforço da legitimidade dos governos municipais com a abertura de novos canais para a participação cívica dos munícipes; 4^a- associações de operadores de telecomunicações e empresas de alta tecnologia para promoverem a sociedade de informação; 5^a- parcerias de governos nacionais e agências internacionais para publicitarem acções entre os seus eleitores.

¹⁶ Manuel Castells, “A Política da Internet I: Redes Informáticas, Sociedade Civil e Estado” in *Galáxia Internet (Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp.167-200, especialmente p.173.

¹⁷ Manuel Castells, *Idem, Ibidem*, p.173.

No caso português estes movimentos institucionais em rede tiveram também a sua vigência, embora um pouco mais tardiamente como é o caso da Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento, vulgo UMIC, que foi criada no ano de 2002, na dependência directa do Ministro – Adjunto do Primeiro – Ministro e que visava dar apoio à política governamental em termos de questões ligadas à sociedade de informação e ao governo electrónico. Dirigida por Diogo Vasconcelos¹⁸, este organismo da Sociedade de Informação procurava funcionar como activador das redes, nomeadamente entre cidadãos, mercado e administração. Segundo Vasconcelos, pretenderá ser “uma entidade indispensável enquanto conseguir mobilizar, fazer e mobilizar para fazer”¹⁹.

E esta política de interesse público incidiu ultimamente na criação de um portal de compras que veio democratizar o acesso à informação das pequenas e médias empresas ao mercado público, especialmente no plano do catálogo de fornecedores do Estado, da legislação e dos encargos dos consumidores. Também, o portal do cidadão que apresenta mais de 700 serviços públicos foi criado no sentido de melhorar e tornar mais simples o quotidiano do cidadão, como a ligação a partir de 2004 à rede GÉANT. Esta ligação permitiu duplicar a largura da banda de conexão à vizinha Espanha. Ainda, as diligências para ligar 70% da comunidade académica e científica nacional aos princi-

pais pólos universitários de Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Braga. Todos estes aspectos permitirão em banda larga ficarmos a par do que melhor se faz, a este nível, na restante Europa. Esta conexão em rede com as principais instituições de Ensino Superior irá também alargar-se às 9000 escolas do Ensino Básico e Secundário do País²⁰.

Na política desta unidade estatal para a implementação e inovação da Sociedade de Conhecimento em Portugal haverá que destacar também a criação de mais de 500 postos públicos de acesso à Internet, num total de 2600 já existentes e referenciados no primeiro *Guia dos Pontos Públicos de Acesso à Internet em Portugal*²¹, onde no prefácio Diogo Vasconcelos nos traça os objectivos desta publicação da Presidência do Conselho de Ministros para a generalização destes postos em permanente ligação com o Mundo, dispersos pelos locais mais remotos dos distritos do Continente e Ilhas. A este respeito, o responsável da UMIC afirmava: “A Internet permite-nos que a família, os amigos, o trabalho, o lazer, o país, o mundo possam estar sempre próximos de nós. O esforço contínuo de disponibilização de mais e mais pontos de acesso, em banda larga, com tecnologias alternativas, permite-nos continuar a alargar horizontes. . . Há um retrato que mostra um país já diferente, um país que age, que se envolve, que quer de novo voltar a navegar: navegar nas águas da informação, nas águas do conhecimento”²².

¹⁸ O responsável por este organismo estatal foi anteriormente fundador da primeira revista sobre Internet em Portugal, a *Cyber.net*.

¹⁹ Diogo Vasconcelos entrevistado por Paulo Querido “Umic é indispensável para mobilizar” in jornal *Expresso – Suplemento Única*, nº 1682, de 22 de Janeiro de 2005, pp. 70 -71, especialmente p.70.

²⁰ Diogo Vasconcelos entrevistado por Paulo Querido, *Idem, Ibidem*, p.71.

²¹ Vários, *Guia dos Pontos Públicos de Acesso à Internet em Portugal*, Porto Salvo, Umic/ Editora Inovação, 2004.

²² Diogo Vasconcelos, “Parte à Descoberta”, *Idem, Guia dos Pontos Públicos de Acesso. . .*, p.1.

Outras preocupações dos cidadãos são levadas à rede, através da conversação electrónica que estes diaristas mantêm freneticamente com os seus públicos virtuais. A proliferação de milhões destes blogues permite hoje dizer, com uma certa pertinência, que os mesmos constituem o “quinto poder”, que sucede e controla o “quarto poder” (o da comunicação social tradicional), que por sua vez fiscaliza os restantes três outros poderes, o legislativo, o executivo e o judicial. *Blogo ergo sum* poderia ser o *slogan* de um *blogger* cartesianista dos dias de hoje. Isto porque escrever um diário *on-line* poderá ser a forma de existir nas novas sociedades de informação e do conhecimento²³. Ler para compreender e interpretar a importância destes “franco – escrevinhadores” que têm uma palavra a dizer sobre tudo o que se passa à sua volta, desde a política, à cultura, ao desporto, à literatura, às artes e outras manifestações cívicas de uma nova opinião pública. Em Julho de 2004, em Portugal, estavam recensados 726 escritos, em dezenas de blogues, sobre a crise política, crise merecedora ela própria de um endereço electrónico (<http://crisepoliticaemcurso.weblog.com.pt>).

No geral e na opinião do jornalista e também autor do “Blogue de Esquerda” José Mário Silva, estas formas de participação *on-line* pretenderão demonstrar que há uma pluralidade de discurso em todas as áreas políticas da nova corrente de opinião pública, nomeadamente na própria “esquerda”, onde na perspectiva deste bloguista “há várias esquerdas, desde a mais guerrilheira à mais hu-

²³ “How Blogs are changing the world” in *Foreign Policy*, citado pelo jornal *Expresso – Suplemento Única*, nº 1675, de 4 de Dezembro de 2004, p.112.

morística”²⁴. A blogosfera permitiu ainda desencadear acções de rua, com a celeridade própria da Internet e das novas tecnologias de informação e comunicação, tendo inclusivamente a cobertura, análise e interpretação da actual crise política ou da morte do Papa João Paulo II tido uma repercussão mais ampla do que a dos *media* tradicionais (jornais, rádio e televisão).

Também, na pré-campanha das eleições legislativas, realizadas em Fevereiro de 2005, a Internet participou com a contra-informação do boato político que rapidamente se propagou pela difusão electrónica, numa multiplicidade de formatos, tal *micro-marketing* em função dos públicos que se pretendeu atingir. Aliás, esta forma de propagação que se desenvolveu vertiginosamente nos últimos dez anos, graças aos novos meios de difusão (blogues e *e-mails*), veio alterar o percurso do boato, desde a sua injeção na linha, até à sua recepção por parte do utilizador electrónico. Na opinião do jornalista José Pedro Castanheira, são muito intencionais os conteúdos dos *e-mails* que os leitores enviam aos jornais: “por um lado, o seu frequente anonimato... , por outro, a tendência para facilmente escorregar para o insulto e até para a difamação”²⁵.

Em conclusão, poderemos afirmar que neste contexto do dealbar do século XXI, face à entrada definitiva de Portugal na So-

²⁴ José Mário Silva citado por Paulo Querido “A crise política vista dos blogues” in jornal *Expresso – Suplemento Única*, nº 1655, de 17 de Julho de 2004, pp.74-75, especialmente p.75.

²⁵ José Pedro Castanheira citado por Alexandra Correia e Pedro Dias de Almeida no artigo “O Boato é uma Arma” in revista *Visão*, nº 620, de 20 a 26 de Janeiro de 2005, pp. 86 – 90, especialmente p. 89.

cidade da Informação, a discussão hoje já não se centrará em como utilizar esta Sociedade, mas sim sobre a melhor forma de a utilizar para permitir uma maior e mais consciencializada participação cívica. Tal como afirmava Pierre Lévy “dar à inteligência colectiva um papel de comando, é escolher de novo a democracia, reactualizá-la explorando nela as potencialidades mais positivas dos novos sistemas de comunicação”²⁶.

²⁶ Pierre Lévy, “O Ciberespaço, a Cidade e a Democracia Electrónica” in *Cibercultura*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000, pp. 199 – 213, especialmente p.213.